

ABIN PARALELA

Ramagem e Tostes explicam esquema

Ex-diretor da agência e ex-chefe da Receita esclarecerão à PF reunião sobre estratégia para enterrar apuração de "rachadinha" envolvendo Flávio Bolsonaro

» LUANA PATRILINO
» RENATO SOUZA

O deputado federal **Alexandre Ramagem** (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e o ex-secretário da Receita Federal **José Tostes** devem prestar depoimento, hoje, à Polícia Federal (PF) por conta da investigação da chamada Abin Paralela — que apura o uso da estrutura da Agência Brasileira de Informações para espionagem de desafetos e adversários durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dois constam no áudio da reunião em que é discutido uma estratégia para blindar o senador Flávio Bolsonaro (PL-SP) na investigação sobre a "rachadinha" — esquema de devolução de parte dos salários dos funcionários do gabinete, quando ele era deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Na segunda-feira, ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou o sigilo da gravação da reunião ocorrida em 2020. Dela participaram, além de Ramagem, Bolsonaro, o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ao qual a Abin é subordinada), Augusto Heleno, e as então advogadas de Flávio, Luciana Pires e Juliana Bierrenbach. A reunião durou 1h08 e foi gravada por Ramagem — que, em vídeo publicado nas redes sociais, disse ter recebido a autorização de Bolsonaro para registrar o encontro.

O ex-diretor da Abin propõe abrir procedimentos administrativos contra os auditores-fiscais da Receita que investigaram o senador, a fim de tentar anular as apurações. Bolsonaro concorda. A estratégia foi colocada em prática e o processo contra Flávio acabou arquivado em 2022.

"O secretário da Receita é um cara muito bom", diz Ramagem, em certo momento da reunião.

"Ninguém está pedindo



Ramagem propôs abrir procedimentos contra os auditores da Receita, dirigida por Tostes — elogiado por Bolsonaro

Pazuello pode disputar prefeitura

O deputado e ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem está perto de ser rifado pelo clã Bolsonaro da corrida à prefeitura do Rio de Janeiro. Crescem nos bastidores do PL os rumores de que será substituído pelo também deputado fluminense Eduardo Pazuello, general da reserva do Exército e ex-ministro da Saúde durante a pandemia de covid-19. A saída de Ramagem da disputa seria por causa da gravação da reunião sobre o episódio da "rachadinha" envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O ex-número um da Abin garante que o registro foi autorizado pelo ex-presidente, que até agora não corroborou a versão.

favor aqui (inaudível). É o caso conversar com o chefe da Receita, o Tostes", diz Bolsonaro pouco depois.

Os investigadores da PF destacam que o ex-presidente fala, mais de uma vez, em usar o cargo para acessar altos funcionários do governo que poderiam ter informações úteis para a defesa. Segundo os investigadores, a Receita chegou a abrir uma sindicância interna contra os auditores que levantaram os dados que apontavam a prática rachadinha por Flávio.

Bolsonaro sugeriu conversar com Tostes e, depois, disse que iria falar com o então chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para "resolver o assunto". As advogadas apontam, então, que o melhor caminho seria chegar ao chefe da estatal, Gustavo Canuto — que também deve ser chamado a depor pela PF.

Luciana e Juliana sugerem que o Serpro — que administra o sistema da Receita — poderia apurar se auditores acessaram dados de Flávio. Ramagem, então, diz que Canuto era de outro órgão, mas poderia ser um caminho para obter informações adicionais sobre a investigação.

STF se corrige

O STF se corrigeu, ontem, e destacou que a decisão de Moraes não proíbe que Bolsonaro e Ramagem se encontrem por serem investigados pelo esquema da Abin paralela. Inicialmente, a Corte informara que a determinação proibia encontros entre eles. No entanto, explicou que a ordem é válida para os investigados atingidos pela etapa da semana passada da Operação Última Milha, da PF. Nem o deputado nem o ex-presidente estão entre os alvos.

8 DE JANEIRO

PGR denuncia pichadura da estátua do Supremo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia contra Débora Rodrigues dos Santos, que foi flagrada escrevendo a frase "perdeu mané" na estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), na tentativa de golpe de Estado dos bolsonaristas em 8 de janeiro de 2023. Ela faz parte de um grupo de mais de 1,3 mil pessoas que foram identificadas pelas autoridades policiais.

Débora foi flagrada por fotógrafos que realizavam a cobertura da invasão às sedes dos Três Poderes e está presa desde 31 de março do ano passado. O vandalismo pelo qual ela é apontada também aparece em imagens difundidas pelas redes sociais. A estátua foi submetida a limpeza para remover a tinta usada para escrever a frase com a qual o atual presidente do STF, Luís Roberto Barroso, respondeu à provocação de um bolsonarista, quando chegava para um evento, em Nova York, em 15 de novembro de 2022.

Prisão

Débora foi detida em Paulínia (SP), na oitava fase da Operação



Acima, símbolo da Justiça com frase usada pelo ministro Barroso, em Nova York. Ao lado, Débora flagrada com dedos sujos de tinta

Lesa-Pátria, desfechada pela Polícia Federal (PF) para investigar os crimes cometidos em 8 de janeiro. A denúncia foi apresentada em 2 de julho e está sob sigilo. Ela é acusada de associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado.

A PGR pede condenação de Débora e afirma que existem provas suficientes contra ela. Por meio de nota, a defesa afirmou que a prisão de 480 dias "extrapola todos os prazos sem qualquer justificativa plausível" e argumenta que a transferência dela para o presídio de Tremembé (SP) "fere de morte a proteção integral da criança, visto que Débora tem dois filhos menores". O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes e caso o Supremo aceite a denúncia, ela se tornará ré. (RS)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



Gravações de Ramagem exumam as "rachadinhas"

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, ao derrubar o sigilo do inquérito sobre a chamada Abin paralela — que investiga atuação do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), delegado federal, quando à frente dos serviços de inteligência no governo passado —, abre o cerco contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, que é um dos arrolados.

Nas gravações de uma reunião entre ambos, da qual participaram o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e duas advogadas, fica evidente a intenção de abafar o escândalo das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), no qual estava envolvido o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), deputado estadual à época do escândalo. Heleno chega a chamar a atenção de que a conversa não poderia ter vazamentos.

Segundo a Polícia Federal (PF), o objetivo da reunião — gravada por Ramagem, supostamente com conhecimento de Bolsonaro — seria anular as provas do escândalo das "rachadinhas", com o argumento de que o caso era uma "árvore envenenada" por ser uma operação ilegal na Receita Federal — tese de defesa das advogadas do senador. Foi o que acabou acontecendo: em 2022, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) aceitou o pedido do Ministério Públ (MP-RJ) e rejeitou a denúncia de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro contra o parlamentar.

Desde 2020, o filho mais velho do ex-presidente era acusado de recolher parte do salário de funcionários públicos em benefício próprio, no seu antigo gabinete na Alerj, onde foi deputado estadual de 2003 a 2019. O policial militar aposentado Fabrício Queiroz, então chefe de gabinete de Flávio, foi apontado como operador do esquema. Após ser preso, reconheceu a existência da prática. Mais 15 ex-assessores foram denunciados.

Em 2018, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) já havia apontado uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na conta do ex-assessor Fabrício Queiroz, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, com depósitos e saques em dinheiro vivo, em datas próximas do pagamento de servidores da Alerj. As quebras dos sigilos fiscais de Queiroz e de Márcia Aguiar, sua mulher, mostraram, ainda, que a então primeira-dama Michelle Bolsonaro recebera depósitos de ambos, que totalizavam R\$ 89 mil, entre 2011 e 2016.

A época, Bolsonaro disse que o valor era a devolução de um empréstimo de R\$ 40 mil concedido por ele a Queiroz. Os dados bancários não comprovam o recebimento desse empréstimo. Bolsonaro já era presidente e Flávio exercia o mandato de senador, com direito a foro privilegiado no STF, quando, após recursos, houve o entendimento do TJ-RJ de que, por ter emendado os mandatos de deputado estadual e de senador, Flávio manteria o foro privilegiado no tribunal estadual.

Reabertura de caso

O caso saiu das mãos

do juiz da 27ª Vara Crim

inal do Rio de Janeiro para

a jurisdição do Órgão Es

pecial do TJ-RJ, compo

nado por 25 desembargado

res, antes de ser arquivado.

À época, Flávio classi

ficou a investigação como

ilegal. No começo do seu

governo, a popularidade

de Bolsonaro havia caído

e sua base no Congresso

era muito frágil. O escâ

ndalo das "rachadinhas"

gerou muita tensão, por

que a oposição tentava

articular um pedido de

impeachment. Parano

co, Bolsonaro avaliava

que seu vice, o general

Hamilton Mourão, hoje

senador gaúcho pelo Republicanos, desejava seu lugar.

A gravação obtida pela PF mostra que a reunião durou 1h08, em 25 de agosto de 2020. No encontro, Ramagem propôs abrir procedimentos administrativos contra os auditores-fiscais que investigaram Flávio para anular as provas, e Bolsonaro concordou. A estratégia foi bem-sucedida. O arquivamento do inquérito das "rachadinhas" não impede o Ministério Públ (MP) de reabrir o caso, o que pode ser o desdobramento do inquérito da Abin paralela. As novas provas seriam independentes daquelas que foram declaradas ilícitas.

Ramagem disse à imprensa que gravou a reunião porque havia a desconfiança de que surgiria uma proposta "não-republicana" do então governador Wilson Witzel, que também era visto como conspirador por Bolsonaro. A proposta não se confirmou. Entretanto, o ex-presidente afirma que o ex-governador fluminense teria prometido ajuda para blindar Flávio na investigação das "rachadinhas" em troca de uma vaga no Supremo.

Bolsonaro diz na gravação: "O ano passado (2019), no meio do ano, encontrei com o (Wilson) Witzel, não tive notícia [inaudiável] bem pequenininho o problema. Ele falou, resolve o caso de Flávio. 'Me dá uma vaga no Supremo. (...) Sede de poder'".

Acrescentou: "Então, você sabe o que vale você ter um ministro irmão teu no Supremo". Após a revelação de Bolsonaro, as advogadas se surpreendem e ex-presidente explica que a vaga seria para o desembargador Flávio Itabaiana, responsável por julgar a suspeita de rachadinha.

**ARQUIVADA
PELA JUSTIÇA
DO RIO, MP
PODE REABRIR
A INVESTIGAÇÃO
SOBRE O
ENVOLVIMENTO
DO CLÃ
BOLSONARO NO
ESCÂNDALO**